

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 20.º DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. ÂMBITO DA PROPOSTA	3
3. ENQUADRAMENTO LEGAL	3
4. JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA	5
5. ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	5
5.1 ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NO PROT-CENTRO	5
5.2 ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NO PDM EM VIGOR	6
6. FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA	8
7. OPORTUNIDADE DA PROPOSTA	9
8. OBJETIVOS DA PROPOSTA	10
9. ALTERAÇÃO REGULAMENTAR E CARTOGRÁFICA	11
10. ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO NOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	11
10.1. ÁREA DE INTERVENÇÃO DA PROPOSTA	11
10.2. PLANTA DE ORDENAMENTO	12
10.3. PLANTA DE CONDICIONANTES	12
10.4. PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000	13
10.5. ENQUADRAMENTO PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA PROPOSTA	13
11. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PLANO	14
12. FASES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO	14
13. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA DO PLANO	14
ANEXOS:	14
- PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	15
- ORTOFOTOMAPA	15
- EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO	16
- EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES	16
- EXTRATO DA CARTA DA REDE NATURA	17

1. INTRODUÇÃO

O presente documento, que se submete à apreciação da Câmara Municipal de Alvaiázere, para efeitos do disposto no artigo n.º 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, denominado Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), consubstancia os fundamentos e os objetivos a prosseguir com a **Alteração do Artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal**, definindo o período de participação e os prazos de elaboração.

Cabe ainda à Câmara Municipal decidir o tipo de acompanhamento mais indicado para a elaboração da alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM), de acordo com o artigo 75.º-C do RJIGT, por remissão do n.º 2 do artigo 96.º.

2. ÂMBITO DA PROPOSTA

A presente proposta de alteração ao PDM de Alvaiázere diz respeito a uma alteração do Regulamento do PDM, concretamente à alteração da redação do artigo 20.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/97, de 27 de outubro.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Plano Diretor Municipal é o instrumento de gestão territorial que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, definindo o modelo de organização espacial do território municipal e a garantia da qualidade ambiental.

É ainda o instrumento de referência para a elaboração dos restantes planos municipais de ordenamento do território, pelo que só dotando-o de maior eficácia e operacionalidade será possível prosseguir com os seus objetivos, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável do Município de Alvaiázere.

A dinâmica dos instrumentos de planeamento prevista no n.º 2, artigo 93.º e seguintes do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), prevê que o Plano Diretor Municipal (PDM) possa ser objeto de alteração no decurso, nomeadamente:

a) da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que lhes estão subjacentes e que fundamentam as opções definidas no plano, desde que revista caráter parcial, designadamente se restrinja a uma parte delimitada da respetiva área de intervenção;

b) da ratificação ou da aprovação de planos municipais ou da aprovação de planos especiais de ordenamento do território que com eles não se compatibilizem ou conformem;

c) da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidam com as respetivas disposições ou que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afetem as mesmas;

(número 2 do artigo 93º do RJIGT)

e

Sendo, contudo imposta a seguinte condição:

Os planos municipais e planos especiais de ordenamento do território só podem ser objeto de alteração decorridos 3 anos sobre a respetiva entrada em vigor.

(número 1 do artigo 95º do RJIGT)

Decorrido o prazo legalmente previsto após a publicação em Diário da República n.º 249/97 – I série – B, de 27 de outubro de 1997, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/1997, que ratificou o Plano Diretor Municipal de Alvaiázere, urge nesta fase, proceder-se à sua alteração, de forma que o mesmo possa dar resposta a um conjunto de situações decorrentes da evolução das condições sociais, culturais e ambientais que estiveram subjacentes às opções iniciais, bem como uma nova ponderação e reflexão, nomeadamente, no que respeita ao núcleo de desenvolvimento turístico da Serra de Alvaiázere.

Assim, esta alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, com o enquadramento legal na alínea a) do n.º 2 do artigo 93.º do denominado Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, seguirá o procedimento constante do artigo 96.º desse mesmo diploma.

O Plano Diretor Municipal de Alvaiázere foi ratificado pelo Conselho de Ministros a 25 de setembro de 1997, conforme Resolução n.º 179/1997, publicado no Diário da República n.º 249/97 – I série – B, de 27 de outubro de 1997.

Posteriormente, foi sujeito a uma alteração que incidiu sobre o artigo 30.º (Área Urbana de Nível I) do Regulamento do Plano Diretor Municipal, a qual foi aprovada pela Assembleia Municipal a 26 de fevereiro de 2010 e publicada no Diário da República n.º 48/2010 – II série, de 10 de março de 2010.

No presente momento, está também a decorrer uma alteração ao artigo 24.º e artigo 25.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.

4. JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

A presente proposta de alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, é decorrente do facto de ter dado entrada nos serviços do Município de Alvaiázere, um pedido de licenciamento de construção de um empreendimento turístico do tipo estabelecimento hoteleiro com a classificação de hotel e com a categoria de quatro estrelas, sito na Serra de Alvaiázere, na freguesia de Alvaiázere.

A instalação do referido empreendimento turístico, com o valor de investimento estimado em 6.000.000,00 € (seis milhões de euros) contribuirá de forma crucial para a revitalização da economia local e regional, bem como para a criação de postos de trabalho, que face à conjuntura nacional são objetivos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Conforme exposto, a alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor municipal, no atual contexto socioeconómico, torna-se necessária face à dinâmica do processo de desenvolvimento do Município de Alvaiázere e ao relevante interesse público de âmbito local/regional e nacional.

5. ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

5.1 ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NO PROT-CENTRO

De acordo com o estipulado na proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-Centro) "(DI23) A inserção territorial dos empreendimentos turísticos deve ocorrer segundo as seguintes modalidades:

1. **Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI)**, que correspondem a estabelecimentos hoteleiros, nas tipologias Hotéis, desde que associados a temáticas específicas (saúde, desporto, atividades cinegéticas, **da natureza**, educativas, **culturais**, sociais, etc.) que contribuam para a valorização económica e ambiental do espaço rural, e Pousadas; empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER); empreendimentos de Turismo de Habitação; Parques de Campismo e de Caravanismo".

No caso da presente proposta de alteração considera-se o estabelecimento hoteleiro associado à temática da **Natureza** e paisagística (maciço calcário Sicó-Alvaiázere) e **Cultural** – Patrimonial (Castro da Serra).

Uma vez que se trata de um empreendimento turístico isolado, o respetivo enquadramento teve em consideração as orientações estabelecidas na proposta do PROT-Centro, designadamente o estabelecido nas normas TG12 e T60:

“TG12. Os critérios de ordenamento dos empreendimentos turísticos são os seguintes:

2. Em solo rural:

a. Nos PMOT pode ser permitido o uso e a ocupação turísticos em áreas onde não se verifiquem incompatibilidades funcionais entre os usos dominantes e o uso turístico. Podem ser admitidos projetos localizados em Rede Natura 2000 e em áreas protegidas, desde que tenham características compatíveis com a conservação dos valores que os respectivos regimes salvaguardam e planos de ordenamento;

c. Os Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI) devem cumprir os seguintes critérios:

i. Soluções arquitetónicas e construtivas que assegurem a adequada inserção na morfologia do terreno e garantam a preservação das vistas;

ii. Soluções paisagísticas que valorizem o património natural e cultural do local e da envolvente;

iii. Os Estabelecimentos Hoteleiros obedecerão aos critérios das normas por unidade territorial;

T60) - Concretizar e aprofundar redes/projetos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional (rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos):

d. São permitidos, em solo rural, todas as tipologias de empreendimentos turísticos previstas na modalidade de “Empreendimentos Turísticos Isolados”. (ETI).

i. Os hotéis, pousadas e hotéis rurais construídos de raiz, devem obedecer aos seguintes parâmetros:

- Mínimo de 3 estrelas;*
- Densidade máxima: 40 camas/ hectares;*
- Número máximo de camas: 200 camas;*
- Associar equipamentos de recreio e lazer de ar livre (campos de jogos, piscinas, percursos pedonais e ciclovias, etc...)*
- Aos hotéis deve-se associar as temáticas específicas”.*

5.2. ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA NO PDM EM VIGOR

É no artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal que estão estipulados os condicionamentos específicos dos núcleos de desenvolvimento turístico, a implementarem-se nas áreas de aptidão turística indicadas na planta de ordenamento.

O artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Alvaiázere define que o núcleo de desenvolvimento turístico - "Estalagem na Serra de Alvaiázere" deve reger-se pelos seguintes condicionamentos específicos:

Passamos a transcrever:

" Artigo 20º

(Condicionamentos Específicos dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico)

Os núcleos de desenvolvimento turístico regem-se pelos seguintes condicionamentos específicos:

- 1. Serão objecto de planos de pormenor, que deverão ser superiormente ratificados, se assim a Lei o determinar, devendo a Direcção Geral do Turismo ser ouvida aquando da sua elaboração.*
- 2. A desafecção de áreas da REN será solicitada quando da elaboração do Plano de Pormenor.*
- 3. Destinam-se a usos exclusivamente afectos ao turismo ou actividades complementares.*
- 4. Serão complementados com equipamentos de lazer, sem prejuízo da legislação em vigor para o sector, nomeadamente o D.L. n.º 328/86, de 30 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 149/88, de 27 de Abril.*
- 5. Deverá ser apresentado um Plano de Pormenor com arranjo de espaços exteriores que integre todo o terreno (prédio, parcela ou conjunto), incluindo as áreas remanescentes da ocupação. Este plano conterá indicações precisas quanto à execução das acções previstas e seu faseamento. O número de camas da habitação de acompanhamento não poderá ultrapassar 30% do número de camas turisticamente classificáveis.*
- 6. Parâmetros urbanísticos:*
 - a) O parque de campismo terá uma densidade bruta máxima de 120 utentes/ha*
 - b) Os parâmetros e índices máximos a aplicar à área de aptidão turística onde está prevista a construção de uma Estalagem deverão ser:*
 - Densidade máxima: 50 hab/ha*
 - Índice máximo de construção: 0,2*
 - Altura máxima das Edificações: 2 pisos*
 - Estacionamento: um carro/3 quartos e 1 carro/25m² (estabelecimento comercial)*
1 lugar para viaturas pesadas de passageiros/50 quartos
- 7. Os empreendimentos suportarão os custos das infraestruturas internas e de ligação ao exterior (das infraestruturas municipais existentes) nos locais indicados pelo Município e*

comparticipará nos custos dos sistemas gerais, de acordo com taxas específicas a fixar pelo município.

8. Os dispositivos de tratamento de águas residuais a implementar só serão permitidos após aprovação pela Delegação Regional do Ministério do Ambiente.”

6. FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA

A fundamentação da proposta de alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, decorre da necessidade de se proceder ao ajustamento dos limites do perímetro do núcleo de desenvolvimento turístico da “Estalagem na Serra de Alvaiázere”, tal como se encontra definido no Plano Diretor Municipal, na planta de ordenamento e na planta de condicionantes.

Pretende-se também com esta alteração, articular e harmonizar o empreendimento pretendido com o Regulamento do Plano Diretor Municipal e com a correta delimitação da mancha definida, atendendo que a mesma se encontra incorretamente definida relativamente à rede viária existente.

Ao compatibilizar os limites do perímetro da “Estalagem na Serra de Alvaiázere”, é fundamental para a correta caracterização, ter em consideração os seguintes aspetos:

- O enquadramento conceptual sobre a génese da forma mais adequada para a solução pretendida;
- A capacidade de reconhecimento e identificação dos valores económicos;
- O conhecimento da necessidade de reprogramar a correta delimitação da mancha com a rede viária existente;
- A capacidade prospetiva na definição dos espaços a transformar.

Importa, também, ter em consideração o seguinte:

- Que é um empreendimento com capacidade estimada para 100 hóspedes, que inclui serviços e bens, a proporcionar não só aos utentes como à população em geral numa oferta inovadora e atrativa;
- Que o empreendimento a implantar se desenvolve, tendo como principal conceito a sua adequação à morfologia e características do terreno e que pretende evitar uma intervenção agressiva para o local;
- Que estarão reunidas as condições suscetíveis de adequada sustentabilidade ambiental e territorial, com atividades associadas e diversificadas, que permitem criar, simultaneamente, postos de trabalho qualificados, sustentando-se em características de inovação que permitem

gerar mais valor acrescentado turístico, e dinamizar o concelho num ambiente económico competitivo e globalizado;

- Que pretende ainda o promotor que este empreendimento turístico, venha a ser uma referência na região, com várias valências, apoiadas na construção de um hotel e numa relação de simbiose com a morfologia existente, designadamente, o aproveitamento da sua localização e do enquadramento local;
- Que também permitirá a construção de diversos cenários, assentes na morfologia, no enquadramento paisagístico e no revestimento vegetal e arbóreo. O empreendimento procura criar um jogo de manchas dissimuladas na imagem descendente da construção e uma continuidade no traçado das curvas de nível e que a construção seja implantada em escada pela encosta da Serra, para que se privilegie, em toda a sua área, a vista de particular interesse sobre a vila de Alvaiázere e serras adjacentes;
- Que este empreendimento turístico pretende fomentar o desenvolvimento turístico em todo o concelho de Alvaiázere e no maciço calcário da região, e reunir potencialidades atrativas únicas para esta zona do país, maximizadas pela referência da Serra de Alvaiázere como referência no Maciço Calcário de Sicó;
- Que a intervenção pretende conciliar todas as atividades turísticas, adaptando-as à morfologia do terreno, preservando a vegetação existente composta por espécies autóctones, como referências da biodiversidade do local;
- Que o empreendimento permite também desfrutar das vistas privilegiadas sobre a vila de Alvaiázere e as encostas que envolvem a região;
- Que a Serra de Alvaiázere, se constitua como um núcleo de desenvolvimento turístico, através da construção do empreendimento turístico;
- Que o crescimento exponencial do turismo e o consequente aumento da procura de empreendimentos deste género é fundamental em contraponto com a fraca oferta na região.

Com base nestes pressupostos, o Município de Alvaiázere entende este empreendimento, como de relevante interesse local e regional e reconhece que a sua realização é fundamental ao desenvolvimento do concelho e da região.

7. OPORTUNIDADE DA PROPOSTA

A oportunidade de alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal surge, sobretudo, no contexto de adequação e de integração do núcleo de desenvolvimento turístico - "Estalagem na Serra de Alvaiázere", não obstante a inserção da área de intervenção em Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura e a proteção jurídica daí resultante.

Para além dos factos já mencionados, a área de intervenção possui um conjunto de potencialidades identificadas, entre as quais, invocamos:

- A correta homogeneização e continuidade na transição entre a morfologia do núcleo de desenvolvimento turístico;
- A preservação dos recursos naturais e da biodiversidade existente na Serra de Alvaiázere;
- Valorização das potencialidades da Serra de Alvaiázere, enquanto geradoras de postos de trabalho e de benefícios económicos para o concelho e para a região.

8. OBJETIVOS DA PROPOSTA

A proposta de alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, deverá ocorrer sempre com base em opções estratégicas de intervenção, cuja integração da área de intervenção, visa atingir os seguintes objetivos programáticos:

- Promover a sustentabilidade no espaço natural;
- Implementar estratégias de desenvolvimento à escala local, apostando-se na revitalização económica;
- Incentivar a melhoria da qualidade das infraestruturas e dos espaços existentes, garantindo a inclusão dos princípios de sustentabilidade ambiental, em todos os seus domínios;
- Assegurar e compatibilizar as funções atuais com as necessárias ao correto desenvolvimento da Serra de Alvaiázere.

Nesta estratégia de desenvolvimento, os objetivos que o Plano Diretor Municipal assume são, simultaneamente, de instrumento regulador e dinamizador.

Regulador, numa perspetiva essencialmente seletiva e ativamente defensiva dos principais recursos ambientais do território, pela forma como integra os valores e as condicionantes no seu modelo de ordenamento; e dinamizador porque compreende as implicações e as bases territoriais da competitividade e da coesão do município, ao valorizar os recursos e fomentar o seu aproveitamento racional, ordenando de forma integrada os principais sistemas estruturantes do território.

Deste modo, deve ser reconhecido que:

- O projeto de construção do empreendimento turístico proposto, é um projeto que o Município Alvaiázere deve assumir como importante para o desenvolvimento socioeconómico do município, reconhecendo um forte efeito estruturante e multiplicador para a dinamização económica, bem como, para a geração de emprego;

- Este projeto prevê um investimento total de 6.000.000,0 € (seis milhões de euros), e a criação de novos postos de trabalho diretos, fixando os seus objetivos estratégicos no aumento da competitividade empresarial, o que, para além do interesse local/regional também lhe confere potencial interesse nacional;
- As atuais disposições do Plano diretor Municipal de Alvaiázere em vigor, inviabilizam a execução do projeto do empreendimento pretendido, uma vez que a área de intervenção definida como o núcleo de desenvolvimento turístico na Serra de Alvaiázere, na planta de ordenamento, não está corretamente implantada conforme a linha que define a estrada de acesso à Serra de Alvaiázere, dado que os elementos cartográficos existentes à data de elaboração do PDM (carta militar 1:25000) continham incorreções, nomeadamente o traçado do acesso à Serra de Alvaiázere e porque as disposições regulamentares definidas no artigo 20.º exigem a execução de um plano de pormenor, de duvidosa utilidade e que atrasaria inexoravelmente o calendário de execução e a finalização do projeto;
- A promoção deste projeto de investimento encontra enquadramento nos objetivos de desenvolvimento estratégico subjacentes à proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (presentemente em curso), que pretende viabilizar um núcleo de desenvolvimento turístico - "Estalagem na Serra de Alvaiázere", contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico local;

9. ALTERAÇÃO REGULAMENTAR E CARTOGRÁFICA

Reconhecendo o interesse público de âmbito local/regional e nacional subjacente e tendo em conta o caso em concreto, entende-se como necessário proceder à:

- Alteração Regulamentar, no que se refere à elaboração de plano de pormenor e dos parâmetros de ocupação constantes no artigo 20.º do Plano Diretor Municipal;
- Alteração da Cartografia, nomeadamente Plano de Ordenamento e Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal.

10. ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO NOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

10.1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção pretendida para a alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, localiza-se na área de aptidão turística, designadamente no núcleo de desenvolvimento turístico da "Estalagem na Serra de Alvaiázere".

Em conformidade com o Plano Diretor Municipal, a localização pretendida para o empreendimento turístico, insere-se na Seção I do regulamento do Plano Diretor Municipal de Alvaiázere, na Unidade Operativa de Planeamento Áreas de Aptidão turística e no respetivo artigo 20.º, encontrando-se neste artigo definidos os parâmetros urbanísticos para os núcleos de desenvolvimento turístico, nomeadamente para a “Estalagem na Serra de Alvaiázere”.

No que concerne à mancha definida na planta de ordenamento do PDM como área de núcleo de desenvolvimento turístico, para a Estalagem na Serra de Alvaiázere, a referida mancha apresenta uma dimensão relativamente reduzida para implantar um empreendimento turístico que se adegue aos requisitos espaciais para construção de uma unidade hoteleira, e que satisfaça de um modo eficaz, as exigências necessárias para o mercado/cliente alvo, tal como pretendido com este investimento.

Verifica-se, também, que a referida mancha não se encontra devidamente assinalada na Planta de Ordenamento, pois existe um desfasamento entre a realidade e a sua localização correta, relativamente à rede viária existente.

Este erro decorre de uma falha na definição da carta militar à escala 1/25.000, que deu origem ao Plano Diretor Municipal em vigor.

10.2 PLANTA DE ORDENAMENTO

A área de intervenção insere-se segundo a Planta de Ordenamento do PDM de Alvaiázere, na seguinte classe de espaço:

- Espaços de Equipamentos – Proposto – Estalagem

O solo afeto ao núcleo de desenvolvimento turístico – “Estalagem na Serra de Alvaiázere” encontra-se assim classificado, na Planta de Ordenamento, como Equipamento Proposto - Estalagem. A classe de espaço engloba nesta área a construção da “Estalagem na Serra de Alvaiázere”, em conformidade com o artigo 20.º do Regulamento do PDM de Alvaiázere.

10.3 PLANTA DE CONDICIONANTES

A área de intervenção encontra-se segundo a Planta de Condicionantes do PDM de Alvaiázere, inserida nas seguintes classes de espaço:

- Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Baldios.

Da análise da Carta da REN, a área de intervenção, encontra-se inserida em área de Reserva Ecológica Nacional, classificada como:

- Área de elevado risco de erosão hídrica do solo.

O espaço de Reserva Ecológica Nacional (REN) encontra-se delimitado na Planta de Condicionantes do PDM e na Carta da REN, sendo aplicável aos espaços incluídos na REN, o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/08, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro.

10.4 PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000

A área de intervenção, encontra-se inserida na Rede Natura 2000, correspondente ao Sítio Sicó/Alvaiázere – PTCON0045.

10.5 ENQUADRAMENTO PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA PROPOSTA

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, procedeu à adaptação do regime de avaliação ambiental dos Instrumentos de Gestão territorial, incorporando a análise sistemática dos efeitos ambientais dos planos, nos respetivos procedimentos de elaboração, alteração e revisão.

De acordo com o referido no diploma que define o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a Avaliação Ambiental Estratégica, quando aplicada aos Planos Municipais de Ordenamento do Território, deve reger-se pelo constante do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro e ainda, subsidiariamente, pelo disposto Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

A alteração do artigo 20.º do Plano Diretor Municipal de Alvaiázere, deve ser sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica uma vez que abrange área da Rede Natura 2000, apresentando desta forma enquadramento para projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação.

Neste contexto, a presente alteração enquadra-se na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro.

Tomando em consideração os aspetos mencionados, a Câmara Municipal de Alvaiázere, deve submeter a proposta de alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Alvaiázere à respetiva Avaliação Ambiental Estratégica.

11. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PLANO

O conteúdo material e documental para a alteração do artigo 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal decorre do disposto nos artigos n.ºs 85.º e 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/09, de 20 de fevereiro.

Cabe ainda à Câmara Municipal decidir como definir, caso atenda a essa valência, o tipo de acompanhamento mais indicado para a elaboração da alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM), de acordo com o artigo n.º 75.º-C do RJIGT, por remissão do nº 2 do artigo n.º 96.º.

12. FASES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO

Para a elaboração e composição dos elementos do plano, prevê-se um prazo de 6 meses, admitindo-se que, para cumprir a tramitação legal prevista no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente para a formalização do processo de elaboração da alteração ao Plano Diretor Municipal, o prazo seja alargado para 12 meses (mínimo).

13. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO

O acompanhamento interno da alteração ao Plano Diretor Municipal é assegurado pela Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo do Município de Alvaiázere.

ANEXOS

Para o presente documento, foram reunidos os seguintes anexos:

FIG 1 – Planta de Localização;

FIG 2 – Ortofotomapa;

FIG 3 – Extrato da Planta de Ordenamento;

FIG 4 – Extrato da Planta de Condicionantes;

FIG 5 – Extrato da Planta da Rede Natura.

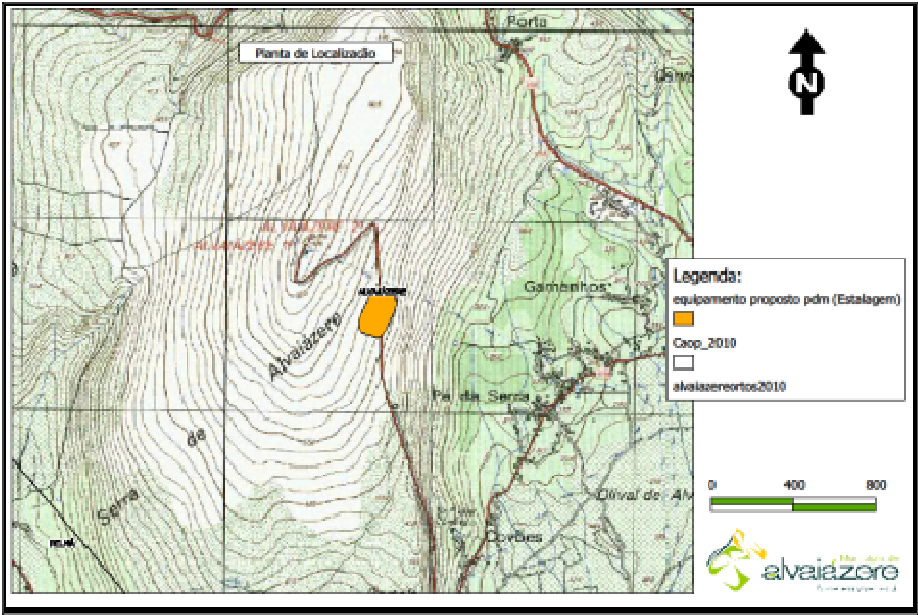


FIG 1 – Planta de Localização

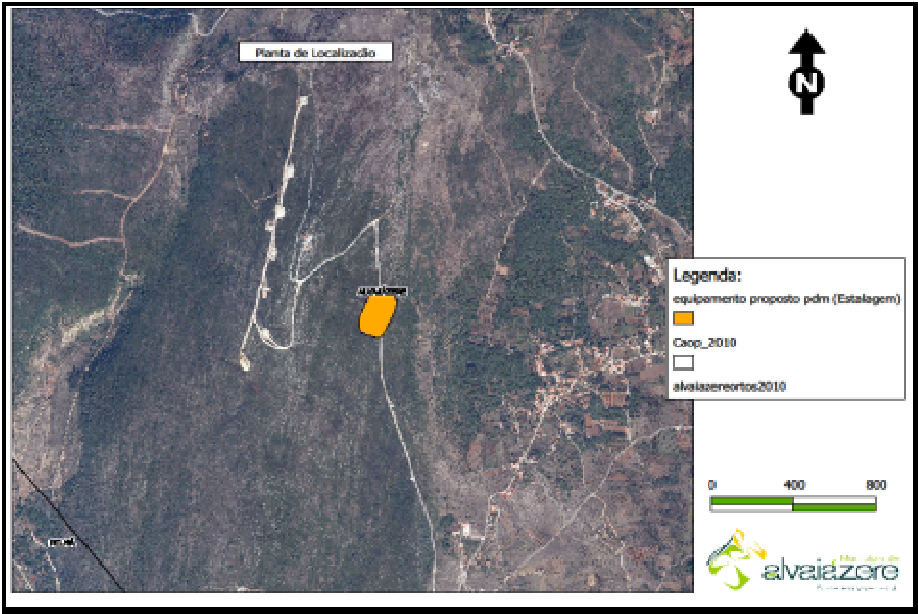


FIG 2 – Ortofotomapa

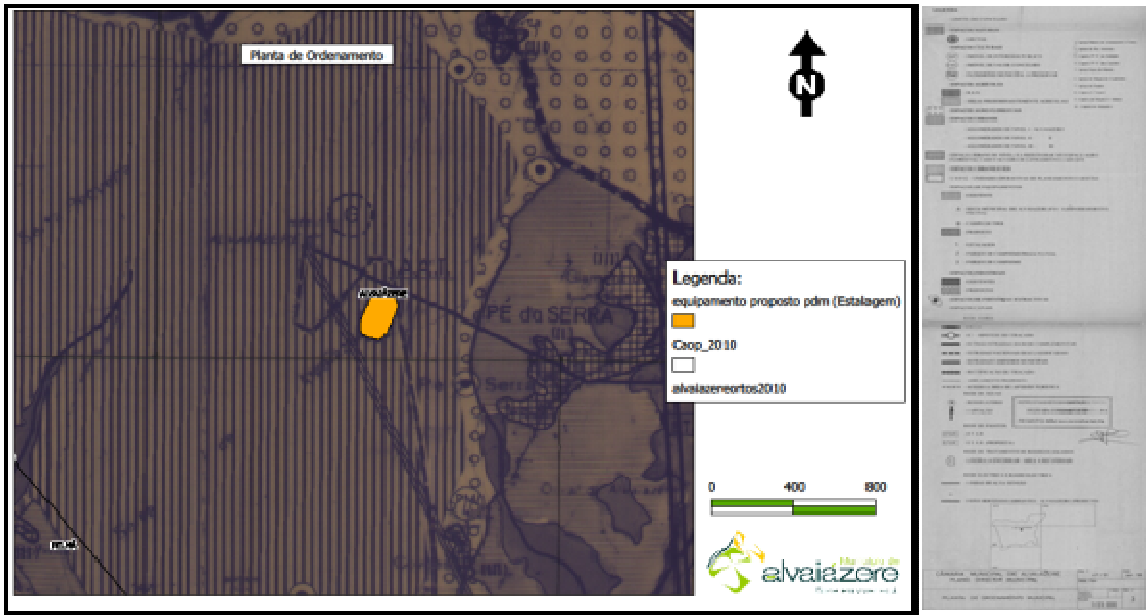


FIG 3 – Extrato da Planta de Ordenamento

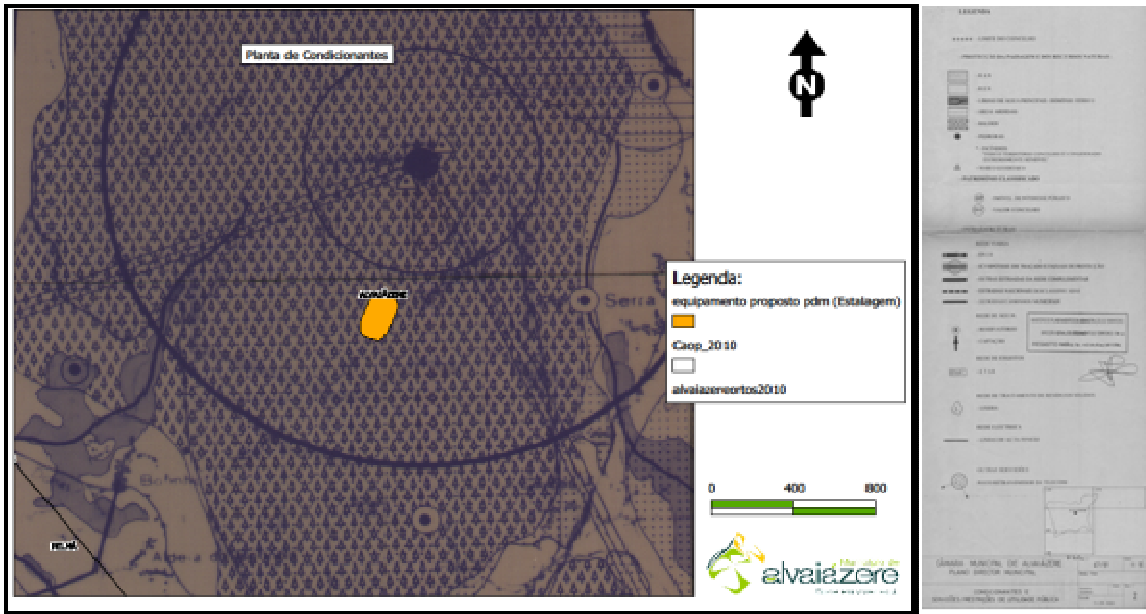


FIG 4 – Extrato da Planta de Condicionantes

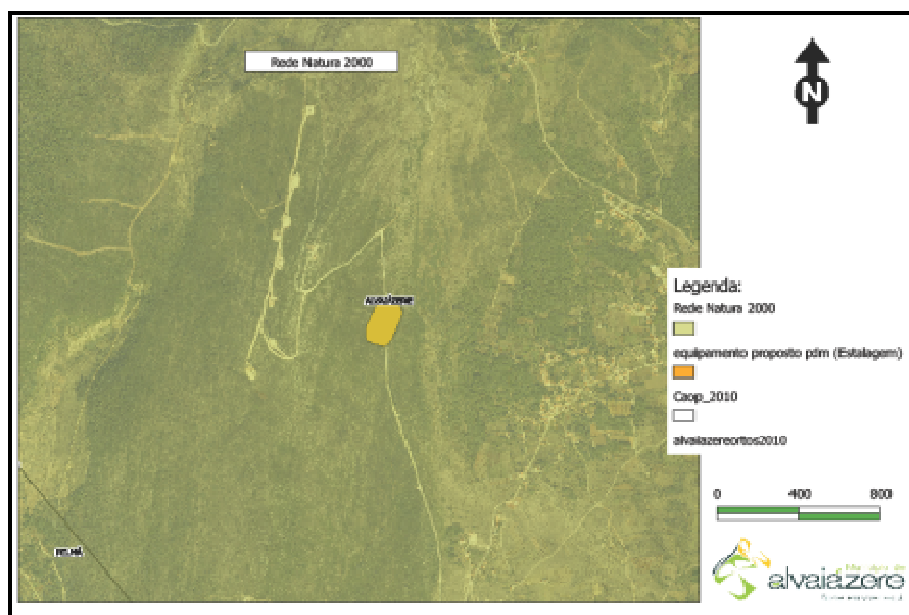


FIG 5 – Extrato da Planta da Rede Natura